

DESENVOLVIMENTO

DF-Economia

Executivo apresenta emenda ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial para mudar a destinação de terreno que pode abrigar um polo de negócios em Brasília. Segundo o governo, a criação do complexo é uma demanda de investidores internacionais

De olho no centro financeiro

» LILIAN TAHAN

Entre as emendas apresentadas nesta semana ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot), uma representa um dos primeiros passos para a construção de um centro financeiro no Distrito Federal. De autoria do Executivo, a proposta altera a destinação de uma região onde atualmente só é permitido um baixo adensamento populacional e a transforma em setor de ocupação bem mais significativa. A condição é pré-requisito para a construção de um polo que reunirá instituições de várias nacionalidades voltadas aos negócios.

Em cidades ricas, como Dubai, no Oriente Médio, Cingapura e Xangai, as três no continente asiático, essas áreas de desenvolvimento são comuns. Trata-se de um espaço em que são instaladas instituições financeiras, principalmente destinadas a investimento em capital de risco. É um setor que une as sedes de bancos internacionais e outros setores, como o mercado de seguros. Em julho, o governador Agnelo Queiroz (PT) viajou a essas regiões tendo como um dos objetivos conhecer modelos desse tipo de iniciativa.

Com a apresentação de mais uma emenda ao Pdot na última segunda-feira, o governo

Monique Renne/CB/D.A Press - 11/8/10



A região onde o Governo do Distrito Federal estuda instalar o centro é próxima ao Setor Habitacional Tororó

abriu a possibilidade de usar um terreno hoje reservado apenas para residências em um espaço passível de abrigar um polo de negócios. A proposta altera o zoneamento de uma área da Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília) no entroncamento da DF-001 com a rodovia DF-140 (Confira mapa) e faz divisa com o Setor Habitacional do Tororó.

Classificado como zona de contenção urbana, o terreno só pode abrigar parcelamentos que suportem, no máximo, 15 habitantes por hectare. Se a região for transformada em zona urbana de uso controlado II, como deseja o Executivo, esse índice salta para 50 pessoas por hectare, ou seja, um adensamento populacional três vezes maior.

Crescimento

Entre os argumentos apresentados para a mudança de zoneamento, o Governo do Distrito Federal sustenta que a utilização das terras é "compatível com a tendência de crescimento populacional da região" e diz ainda que a alteração garantiria "a possibilidade de realização de atividades econômicas essenciais

Onde fica



para a população residente atual e futura". O texto não deixa explícito que a área será utilizada como endereço preferencial para o centro financeiro previsto pelo Executivo, mas, entre os técnicos que estudam o Pdot, a mudança de destinação do terreno em questão se presta primordialmente a esse objetivo.

O secretário de Habitação, Geraldo Magela, confirmou o interesse do governo em criar no espaço, que é objeto da emenda ao Pdot, um polo internacional.

"Esse local foi considerado pelos investidores que negociam com a Terracap um lugar propício para investimento do tipo. A mudança de destinação não garante por si só que o projeto será erguido lá, mas abre uma importante opção", afirmou Magela.

Presidente da Terracap, Antônio Lins diz que a construção de um centro voltado para os negócios no DF é uma demanda da comunidade internacional há, pelo menos, quatro anos. "Representantes de instituições estrangeiras consideram que Brasília tem um potencial para reunir a sede de um polo financeiro, pois já é um centro geográfico, político, concentra renda com elevado padrão de vida e, o fundamental, tem espaço físico", elencou Lins, que citou Nova York, Londres e Hong Kong como exemplos de cidades referências no mundo para complexos do tipo do que se pensa erguer no Distrito Federal.

Lins pondera, no entanto, que o processo está em fase inicial. Para o presidente da Terracap, a emenda com a mudança de destinação é um importante sinal da disposição do governo em levar adiante o projeto. "São estudos consistentes que vão ditar qual será, de fato, a melhor área para a construção de um centro financeiro. A aprovação dessa alteração abre o leque de opções, mas não é a única alternativa", considerou Antônio Lins.